

MOÇÃO

PELO FINANCIAMENTO DO GOVERNO PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO PÚBLICA

Direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, a Habitação é essencial a uma vida digna, livre e integrada das populações, assumindo-se como um fator fundamental para o bem-estar social e a qualidade de vida dos cidadãos.

Ao longo dos últimos 50 anos, Portugal conheceu algumas políticas de Habitação visionárias (como, por exemplo, o SAAL, os estímulos à aquisição de casa própria e o desenvolvimento do setor cooperativo), mas, na sua maioria, neste período, as políticas implementadas traduziram-se em programas e medidas específicas sem um horizonte temporal largo e uma visão integrada e adaptada às circunstâncias de cada município.

Ao abrigo da legislação em vigor, e em paralelo com outras intervenções no setor da Habitação, o Município elaborou, com o apoio do Programa 1.º Direito, a sua Estratégia Local de Habitação, documento que permitiu alargar a oferta de fogos para 260 mais *cohousing*, intervenções a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na sequência da candidatura realizada pela autarquia, num investimento que, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, passou para aproximadamente 48 milhões de Euros. Frise-se que, desse valor, o Estado entregou, apenas, 1 milhão de euros à autarquia e não transferiu nem garantiu à Câmara Municipal os montantes já executados e em dívida.

Assim, perante estas circunstâncias e face aos projetos a decorrer e já realizados pela Câmara Municipal, à ausência de respostas do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, do Ministério das Infraestruturas e da Habitação e do Ministro da Economia e da Coesão Territorial relativamente aos Termos de Responsabilidade e Aceitação de Candidaturas remetidas pelo Município e à incerteza gerada pela decisão governamental de rever, a nível nacional, o número de fogos a construir com subvenções diretas, levou a autarquia a recorrer a um empréstimo bancário de aproximadamente 25 milhões de euros para fazer face às várias iniciativas em curso, designadamente:

- A construção de 18 fogos, 12 em Lagos, na Cerca do Cemitério, e 6 em Barão de São João (fogos já atribuídos por concurso);



12 Fogos na Cerca do Cemitério – Lagos.

6 Fogos em Barão de São João.

- 38 Fogos com empreitada de conceção e construção adjudicada, 24 no Chinicato e 14 em Bensafrim, com concurso para atribuição a abrir brevemente;



24 Fogos no Chinicato.



14 Fogos em Bensafrim.

- 104 + *cohousing* em Lagos – Chesgal (empreitada adjudicada, com concurso para atribuição de fogos a abrir brevemente);



104 Fogos + cohousing na Chesgal – Lagos.



71 fogos em concurso de conceção/construção 51 em Lagos - Santo Amaro e 20 em Bensafrim (concurso para atribuição de fogos a abrir brevemente);



51 Fogos em Santo Amaro.



20 Fogos em Bensafrim.

- Processo para construção de 500 fogos (1.ª fase) para venda a custos controlados (Marina Park II – Calijas - Lagos).



Imagem com delimitação do perímetro da área onde serão edificados os 500 fogos.

Assim, face ao exposto e considerando:

- As declarações do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, referindo que "quem está a resolver o problema da habitação no país são os autarcas" e não este ou anteriores Governos, apesar de se tratar de "um dever que cabe ao Governo Central," foram os autarcas que "disseram presente," quer nas candidaturas ao PRR, quer na implementação do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação¹, mas que, na prática governativa, em nada se têm traduzido;
- Que é urgente que o Governo cumpra a promessa feita, em julho, pelo Senhor Ministro, de que as 133 mil casas previstas nas estratégias locais de habitação receberão financiamento².

Proponho à Câmara Municipal de Lagos que exija ao Governo que:

- Conforme inicialmente previsto, o investimento municipal na Habitação seja participado a 100% pelo Estado central, quer na nova construção, quer na reabilitação do parque público;
- O Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU e o governo respondam, de forma célere, sobre os Termos de Responsabilidade e Aceitação de Candidaturas remetidas pelo Município;
- Se reduzam e simplifiquem os processos burocráticos associados à construção de Habitação pública;
- Se criem mecanismos que permitam tornar o segmento da construção de Habitação pública mais atrativo para as empresas e profissionais nacionais e internacionais do setor.

Será dado conhecimento desta moção:

- A Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro;
- A Sua Excelência, o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação;
- A Sua Excelência, o Senhor Ministro da Economia e da Coesão Territorial;
- A Sua Excelência, o Senhor Ministro de Estado e das Finanças;
- À Senhora Secretária de Estado da Habitação;
- Ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território;
- À Comissão Interministerial do Plano de Recuperação e Resiliência;
- À Estrutura de Missão «Recuperar Portugal»;
- Ao Senhor Presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana;
- Aos Órgãos de Comunicação Social.

Paços do Concelho Séc. XXI, 6 de agosto de 2025
O Presidente da Câmara Municipal de Lagos

Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira

¹ Notícia no site do jornal o Público, disponível em: <https://www.publico.pt/2025/07/15/local/noticia/ministro-habitacao-governo-acompanha-demolicoes-barracas-preocupacao-2140398>

² Notícia no site da CNN -Portugal, disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/habitacao/demolicao/governo-promete-maior-investimento-em-habitacao-publica-desde-o-25-de-abril/20250718/687a709ad34ef72ee4487d8e>